

Apresentação:

gêneros, violências e construções históricas de subjetividades nas diversidades socioculturais.

*Alexandre Rodrigues de Souza*¹
*Olívia Candéia Lima Rocha*²
*Samara Mendes Araújo Silva*³

As mulheres ingressaram nas universidades de forma significativa na segunda metade do século XX, como estudantes, professoras e pesquisadoras. Enquanto, elas se configuraram como protagonistas singulares do processo histórico, também contribuíram para a elaboração de questionamentos e de novos estudos que desvelaram a atuação feminina nos mais diversos períodos históricos e áreas de atuação social. No que concerne, à escrita historiográfica, Michelle Perrot observou que:

Da História, muitas vezes a mulher é excluída. Primeiramente o é ao nível do relato, o qual, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. O positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminino e, de modo mais geral, do cotidiano. O austero Seignobos, grão-mestre dos estudos históricos na Universidade, põe Eva porta afora, enquanto as paredes da Sorbonne se recobrem de afrescos nos quais flutuam diáfanas alegorias femininas. “Santa Genoveva vela por Paris”, “o Arqueólogo contempla a Grécia”, ele abotoado até o colarinho justo do seu sobretudo, ela vaporosa em seus véus... O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutivo. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da *História* (PERROT, 2006, p. 185).

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com período sanduíche na Universidade de Coimbra/Portugal. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na área de História do Brasil Colonial e Imperial.

² Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí, no Campus Senador Helvidio Nunes de Barros (CSHNB), Picos-PI. Atualmente, participa do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e do Programa de Ensino pelo Trabalho (PET-Saúde Equidade), no CSHNB/UFPI.

³ Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Realizou estágio de Pós-Doutorado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é professora do Curso de Pedagogia e da Linha História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na UFPR.

Historiadoras como a francesa Michelle Perrot contribuíram decisivamente, para no campo da História Social ao descerrar silêncios sobre a atuação das mulheres como protagonistas histórico-culturais. Tratava-se de escrever novas histórias, que enveredassem por campos variados do fazer humano e do cotidiano em suas dimensões públicas e privadas. Dentre os fatores que colaboraram com a renovação do campo historiográfico e com a emergência da “História das mulheres”, menciona-se:

A releitura de um conjunto de documentos reputados como ‘oficial’ também propiciou avanços na compreensão do multifacetado universo das mulheres. Sem a expectativa de sermos exaustivos, poderíamos citar uma lista considerável de fontes, umas mais originais, outras submetidas a valorização de aspectos antes desprezados, que se mostram úteis à história das mulheres e de gênero: legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, processos-crimes, ações de divórcios, canções, provérbios, literatura e produção de cronistas, juristas, médicos, memorialistas e folcloristas, correspondências, memórias, manifestos, diários, material iconográfico, fontes eclesiásticas, jornais, revistas femininas, documentação oficial, cartorial, censos, bem como a história oral, que vem sendo utilizada intensamente e de maneira original, contribuindo para resgatar as vozes que, de outra forma, estariam condenadas ao anonimato e ‘recuperando a história vista de baixo’ (GONÇALVES, 2006, p. 88).

A ampliação da noção de fonte histórica e a releitura de fontes documentais a partir de novas perspectivas de pesquisa permitiram vislumbrar personagens e vozes que estavam silenciadas pela historiografia e pelo cânone literário, por exemplo. Assim, na segunda metade do século XX, as mulheres emergiram em uma profusão de histórias e narrativas como protagonistas do processo histórico e autoras de produções culturais e de gêneros literários diversos (DUARTE, 2019).

Desvelar o protagonismo feminino na história considerando os processos de ampliação da participação feminina na sociedade a partir de suas reivindicações, de lances individuais, de ações de pequenos grupos e de manifestações feministas é também uma forma de feminismo, de romper silêncios e de questionar estruturas misóginas e patriarcais que muitas vezes se colocaram como obstáculos, restringindo as oportunidades e os direitos das mulheres em diferentes sociedades e momentos históricos:

A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o

pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes. Por isso, na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial. O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou o ‘patriarcado’, como preferem algumas – abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia. Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores de análise (MIGUEL, 2014, p. 17).

As manifestações políticas das mulheres e as produções intelectuais das mulheres tiveram um papel crucial no questionamento das desigualdades de gênero. Por um lado, as mulheres foram ao longo do século XX, nas sociedades ocidentais, deslocando fronteiras, ocupando novos espaços, questionando padrões e derrubando mitos que associavam à mulher a concepções de fragilidade e de menor capacidade, inclusive intelectual e passando a exercer as mesmas funções que os homens no espaço público (PINTO, 2003; DUARTE, 2019).

A palavra gênero deixou de ser entendida apenas como um marcador gramatical para designar os seres, as coisas e os espaços, ao suceder um processo de elaboração na qual ela passou a ser compreendida também como uma categoria de análise histórica. Nessa perspectiva, Scott (1995), observa que as assimetrias de gênero não são naturais, mas são construídas em contextos históricos, políticos, sociais e culturais, manifestando-se e reproduzindo-se através de relações de poder, normas, simbologias e discursos.

A noção de gênero enquanto categoria teórica permitiu que as feministas argumentassem conceitualmente o que muitas mulheres já vinham demonstrando na prática; ou seja, que as diferenças biológicas não são fatores limitantes das habilidades das mulheres para dirigir veículos, praticar esportes, participar de instâncias decisórias no âmbito dos negócios ou nas instituições políticas e sociais. Dessa maneira, compreende-se que características atribuídas ao sexo feminino são prescritas socialmente e aprendidas no processo de socialização, ou seja, não se constituem em atributos específicos das mulheres, em decorrência de fatores biológicos.

Os estudos de gênero têm avançado também no campo da masculinidade, através de obras célebres, como o Mito da Masculinidade (1993), de autoria de Sócrates Nolasco e de Nordestino - uma invenção do falo: uma história do gênero masculino (1920-1940), publicado por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em 2003. Esses e outros estudos têm servido de

referência para diversas análises que têm permitido deslindar que práticas associadas à masculinidade são também constructos socioculturais e históricos que afetam a vida de homens e de mulheres (NOLASCO, 1993; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003).

Portanto, existe uma rede de discursos normativos que prescrevem práticas, modelos e representações que podem influenciar ou ser agenciados de forma distinta pelos indivíduos na construção de subjetividades de gênero. Para além da ideia de masculino e feminino, verifica-se a emergência de subjetividades que rejeitam classificações, portanto, se autodeclaram não-binárias ou que preferem se manifestar na fluidez, sem ter que se restringir aos padrões de gênero estabelecidos como masculino e feminino.

Nesse, sentido a sigla LGBTQIAPN+ tem sido utilizada como uma forma de dar visibilidade à diversidade de gênero, de corpos e de orientação sexual, contemplando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexos, assexuais, pansexuais e pessoas não-binárias. O termo queer é uma palavra do idioma inglês, que foi apropriada para designar pessoas que não se identificam com os padrões de identidades sexuais e de gênero. Dessa forma, as possibilidades de performances de gênero e de sexualidade são diversas e configuram-se de maneira subjetiva e singular em configurações diversas que podem se articular e se modificar no decorrer das trajetórias de vida dos indivíduos.

Nessa perspectiva, verifica-se a existência de diferentes configurações de subjetividades em relação às identidades de gênero e de orientação sexual que se manifestam insubmissas em relação a modelos culturais impostos no processo histórico por meio de textos religiosos, leis, discursos e práticas de caráter diverso. A naturalização de padrões culturais associados ao corpo dos indivíduos é uma estratégia que procurou restringir a diversidade em relação ao gênero e aos afetos, através de uma associação que tem o corpo biológico como centro.

A partir de reflexões como as da filósofa Judith Butler (2003), pode-se compreender que esses supostos padrões de normalidade resultam de performances discursivas que tiveram como efeito invisibilizar a diversidade de possibilidades, dentre as quais, o nascimento de pessoas intersexos; às quais, podem nascer com características masculinas e femininas, que nem sempre são perceptíveis fisicamente, mas que podem se manifestar em algum momento da vida e ser verificadas através de exames hormonais, por exemplo.

As características biológicas são possibilidades e probabilidades que se manifestam de maneira diversa. Contudo, a biologia e o saber médico se inscrevem em uma rede de procedimentos técnicos e discursivos. Dessa maneira, verdades estabelecidas podem ser

questionadas e modificadas a partir da ampliação da nossa compreensão e do nosso conhecimento. Portanto, desconstruir silêncios e ideias preconcebidas culturalmente é fundamental para que as coletividades sociais aprendam a conviver de maneira mais saudável com a pluralidade e diversidade própria dos seres humanos.

Além disso, é necessário considerar que diferentes variáveis interagem na elaboração de subjetividades e influenciam a experiência sócio cultural dos indivíduos, tais como, classe social, gênero, etnia, nacionalidade e idade. Esses fatores devem ser compreendidos em uma perspectiva de interseccionalidade, como aspectos que se combinam e interagem de forma simultânea e produzem efeitos, não apenas na forma como as pessoas se concebem, mas como são representadas e percebidas no meio social em que estão inseridas. Considerar essas diferentes variáveis é entender que a experiência de homens e mulheres na sociedade é diversa e sofre a influência de aspectos como poder econômico, ou ainda da forma como são socialmente percebidos(as), como brancos(as), negros(as), ou indígenas por exemplo (PISCITELLI, 2009; ZANELLO, 2018).

Dessa forma, podemos dizer que existem diferentes marcadores sociais que influenciam a formação de subjetividades. O conjunto de discursos, instituições, práticas, leis, enunciados científicos e representações se articulam constituindo dispositivos e tecnologias que atuam na elaboração de subjetividades e de sensibilidades que influenciam maneiras de agir, de perceber, de sentir e de interagir no mundo social em contextos sociais e históricos (LAURETIS, 1994). Ou seja, como observa Zanello (2018), a cultura oferece scripts culturais, modelos de masculinidade e de feminilidade, aos quais homens e mulheres são interpelados a adequar-se.

Destaca-se, ainda que, a produção de subjetividades se processa através do agenciamento, ou seja, as formas de consumo e apropriação dos atores sociais, em relação aos modelos de comportamento e de percepção que são representados e difundidos por meio de produtos culturais diversos, tais como, narrativas míticas, literárias, discursos religiosos, enunciados científicos, revistas, obras cinematográficas, novelas, e livros didáticos, por exemplo (GUATTARI; ROLNIK, 2013). Falar em agenciamento e apropriação significa entender que os indivíduos podem exercer um papel ativo na recepção, no consumo desses conteúdos e repertórios, no sentido, inclusive de contestá-los e/ou rejeitá-los. Dessa forma, verifica-se uma maior visibilidade de subjetividades insubmissas em relação ao gênero e à sexualidade:

Sua visibilidade tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais: por outro, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. O embate por si só merece especial atenção de estudiosos/as culturais e educadores/as. Mas o que o torna ainda mais complexo é sua contínua transformação e instabilidade. O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2004, p. 28).

Os dispositivos e as tecnologias relacionadas à reprodução de modelos de gênero e de sexualidade, apresentam-se em uma perspectiva relacional e complementar, de pares de opostos, que contrapõem masculino e feminino, heterossexualidade e homossexualidade. Assim, em culturas patriarcais, os homens tendem a ser qualificados positivamente em detrimento das mulheres, favorecendo a predominância de homens brancos, em posições de poder no espaço público. De forma, semelhante, no âmbito da sexualidade a heterossexualidade foi estabelecida como padrão desejável em detrimento de outros, que foram estigmatizados por discursos religiosos e enunciados médicos, como desviantes e inadequados.

Dessa forma, verifica-se uma maior dificuldade e mesmo atitudes hostis de determinados segmentos sociais em relação às performances de gênero e de orientação sexual que questionam padrões culturais normativos, sobretudo, quando não se enquadram nos polos estabelecidos e se apresentam como instabilidade e fluidez em relação ao gênero e à sexualidade. Observa-se ainda, que as perspectivas normalizadoras em relação a padrões de gênero e sexualidade são operadas também por meio das diversas instituições sociais e culturais. Assim:

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora, as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar questões. Não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os novos sujeitos, suas contestações ao estabelecido. (LOURO, 2004, p. 28-29).

A escola, os professores e professoras não podem ignorar as diferentes perspectivas e questões que perpassam os debates feministas, as questões de gênero e de sexualidade, tendo

em vista que os mesmos, também são atravessados por essas diferenças em suas próprias subjetividades e experiências socioculturais. A escola, os currículos e as práticas pedagógicas precisam ser pautados por princípios relacionados à convivência respeitosa com a diversidade de seres humanos em suas particularidades, para a formação de indivíduos aptos a respeitar as diferenças, os direitos humanos, as liberdades individuais e para a efetivação de sociedades e instituições democráticas.

Zanello (2018), observa ainda que, a sensação de inadequação ou o esforço empreendido para adequar-se aos padrões culturais, pode prejudicar a saúde mental dos indivíduos, tendo em vista que determinados modelos, oferecem sempre perspectivas negativas e subordinadas para pessoas do sexo feminino, pessoas pretas, ou que performem identidades de gênero e orientação sexual divergentes dos padrões culturais prescritos como normativos, por exemplo.

Portanto, faz-se necessário, que possamos compreender os repertórios que estão sendo oferecidos através dos diferentes produtos culturais, porque a construção de hierarquias e assimetrias discriminatórias, também têm fomentado diferentes formas de violência, que se manifestam através de formas simbólicas, mas também por meio de ofensas verbais, agressões físicas, do machismo, do racismo e de crimes contra a integridade física, psicológica e a vida de mulheres, pessoas de cor preta, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e não-binárias.

Para termos uma dimensão quantitativa dos níveis de violência na sociedade brasileira, vamos considerar os dados catalogados no *Anuário da Segurança Pública*, que é produzido a partir de dados das Secretarias Estaduais de Segurança, os quais podem ser modificados em relatórios subsequentes para mais ou para menos, em virtude de retificações realizadas pelas instituições de segurança.

Nos três primeiros anos da década de 2020 percebe-se que houve um aumento de registros de injúria racial, racismo e de casos de homofobia e transfobia que foram equiparados ao crime de racismo pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil em 2019. Assim, os casos de homofobia e transfobia passaram a ser enquadrados juridicamente na Lei 7.716/89. Em relação aos registros de injúria racial em 2022, foram notificados 12.237 casos, em 2023, 13.897; o crime de racismo teve 5.100 registros em 2022 e 11.610 em 2023; racismo por homofobia e transfobia, em 2022 contou com 783 ocorrências e em 2023, foram 2.090 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Observa-se no que se refere à diversidade de gênero e de sexualidade os relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública consultados utilizaram a sigla LGBTQI+. No que refere aos crimes praticados contra a população LGBTQI+ em 2023 foram registradas 3.673 ocorrências de lesões corporais dolosas, representando um aumento de 21,5% em relação ao ano de 2022. No que se refere, aos homicídios dolosos, em 2023, foram registradas 214 ocorrências, representando uma variação de 41,7% em relação ao ano anterior. Verifica-se um aumento também no número de estupros, sendo notificados 354 ocorrências, com uma majoração de 40,5% em relação ao ano de 2022 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

O crescimento dos números de crimes contra pessoas LGBTQI+ sinaliza o quanto o preconceito e os crimes de ódio estão enraizados em nossa sociedade e em nossa cultura. Deve-se considerar também que as denúncias de injúria, racismo e racismo por homofobia e transfobia indicam que as pessoas estão mais dispostas a buscar alguma forma de reparação através do aparato legal, devido seu papel punitivo em relação aos praticantes desses delitos, bem como, contribuir para coibir novas ocorrências.

Comparando as informações registradas, verifica-se que ainda é necessário desconstruir silêncios no que se refere a violência contra a população LGBTQI+, por exemplo, não há informação sobre o grau de familiaridade dos perpetrantes, sobre os locais de ocorrência, se públicos e privados, sobre o sexo das pessoas que praticam esses atos de violência e sobre marcadores étnicos das vítimas nos dados apresentados no *Anuário da Segurança Pública*.

Considera-se que a difusão de discursos que defendem modelos e padrões culturais relacionados à heterocisnormatividade e que classificam corpos como masculinos e femininos, relacionando-os a identidades e performances de gênero específicas e restritivas, tem um papel primordial no estímulo a discursos e condutas de ódio que lesionam psíquica e fisicamente pessoas LGBTQI+:

Em 2022, 19 pessoas trans foram agredidas, em média, por dia, segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde. Em sintonia com outros levantamentos, os dados revelam que mulheres trans e travestis negras são as principais vítimas dessa violência: 64% dos casos de violência contra pessoas trans ocorrem com mulheres e 60% dos casos de violência contra travestis ocorrem com negras (FIGUEIREDO; ROCHA; SILVA, 2024).

Sabe-se através de relatórios e levantamentos realizados pelo Grupo Gay da Bahia, que ser pobre e pertencente a etnia negra são fatores que ampliam a insegurança social e o risco de morte para o segmento LGBTQI+. Essas pessoas devido às discriminações que sofrem têm maior dificuldade de acender em relação aos níveis de maior escolaridade, devido às instituições escolares se constituírem em ambientes hostis à diversidade de gênero e de sexualidade, e conseqüentemente de integrar-se no mercado de trabalho formal (Oliveira; Mott, 2019).

No que se refere à violência contra as mulheres na sociedade brasileira, os dados catalogados no *Anuário da Segurança Pública 2024*, informam que foram registrados 1.347 casos de feminicídio em 2021; 1.455 em 2022 e 1.467 registros em 2023. O que representa uma tendência de aumento do número de feminicídios ou do reconhecimento da ocorrência desse tipo de crime pelas autoridades policiais e jurídicas nos primeiros anos da década de 2020. Houve também um acréscimo no registro de lesões corporais dolosas relacionadas à violência doméstica. Em 2022, foram registrados 235.915 casos, e em 2023, 258.941 ocorrências. Esses dados indicam que em 2023, que a cada grupo de 100 mil mulheres, cerca de 247,7 sofreram algum tipo de lesão corporal, provocada de forma intencional por pessoa de seu convívio em ambiente doméstico. Em 2023, também se verificou um aumento no número de concessão de medidas protetivas de urgência em 26,7%. A majoração desses índices, por um lado, pode significar que as mulheres estão acionando mais os dispositivos legais, mas também indicam que ainda há muito a ser feito no combate às diversas formas de violência contra as mulheres no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; 2024).

Os dados apresentados no *Anuário da Segurança Pública* indicam ainda que, em 2023, a maioria das vítimas de feminicídio e de mortes violentas no Brasil, eram de cor preta. A faixa etária entre 18 e 24 anos registrou a maior incidência de mulheres vítimas de feminicídio, com cerca de 16,7% das ocorrências. Em relação a autoria, a maioria dos crimes de feminicídio foram praticados por companheiros, ex-companheiros e outros familiares das vítimas. Os espaços residenciais seguem como os espaços de maior incidência dos crimes de feminicídio no Brasil. Em 2023, 64,3% dos crimes de feminicídio ocorreram em ambiente doméstico e 21,4% em locais públicos. O que indica que as mulheres na sociedade brasileira vivem em um nível elevado de insegurança, sobretudo, em seus próprios locais de moradia e relacionamentos pessoais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Esses números são reflexos de uma sociedade em que as relações sociais são de caráter patriarcal, onde os homens são estimulados a impor suas vontades e os padrões

culturais difundidos em propagandas e outros produtos culturais, objetificam os corpos femininos, portanto, os homens não são estimulados a perceberem as mulheres como sujeitos, cuja autonomia, as escolhas e os direitos devam ser respeitados.

Sabe-se que a existência de leis não é por si só, uma solução no combate a crimes de violência física e verbal, calcados em percepções preconceituosas. O que coloca em relevo o papel das instituições sociais em promover ações educativas no âmbito da perspectiva de direitos humanos e da cidadania, contemplando indistintamente, todas as cidadãs e todos os cidadãos.

Ressalta-se, ainda, que o silêncio é uma forma de omissão e contribui para a manutenção de ordenamentos sociais excludentes e calcados em formas variadas de violência, tendo em vista que contribui para a invisibilização das diferenças como fator constituinte do gênero humano.

Um destes silêncios é discutido em **“A mulher negra nas páginas do livro didático”** de Nádia Narcisa de Brito Santos e José Petrucio de Farias Júnior. Nesse texto, os autores buscam entender a presença da mulher negra nas escolas com base nos livros didáticos de História, Língua Portuguesa e Artes, avaliados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e distribuídos às escolas brasileiras para o Ensino Médio, em 2018. Os autores indagam o impacto desse recurso didático à compreensão histórica de jovens em formação. Fundamentados em discussões recentes sobre o racismo, educação antirracista e a epistemologia decolonial, os autores discutem as estratégias de minimização da presença e representação das mulheres negras nos materiais didáticos analisados.

No artigo **“Narrativas e práticas de raptos consensuais de mulheres no Piauí”**, Gabriela Alves Monteiro discute práticas de raptos consensuais e memórias, às quais são acessadas por meio de entrevistas orais, demonstrando a persistência da prática ao longo dos séculos XX e XXI. A análise dos raptos consensuais oportuniza compreendermos ferramentas de resistência e de pactos que atravessam os arranjos conjugais e familiares na sociedade piauiense.

No texto, **“Tradições, valores, família e religiosidade: a educação nos lares menonitas nas memórias das mulheres filhas de imigrantes no Paraná (1970-1980)”**, Eliane Maass Cirqueira e Samara Mendes Araújo Silva investigam as memórias de mulheres menonitas que traduzem e transcrevem a educação recebida nos espaços domésticos em Curitiba (PR). As autoras buscam entender como os valores e as tradições dos menonitas se mantiveram ou foram alteradas nos lares, e compreender a história cotidiana dessas mulheres,

reconhecendo as mudanças e permanências em práticas como a culinária, o artesanato, a educação e as disciplinas cristãs.

O texto de Carolina da Palma Fernandes “**Mulheres lascivas e depravadas**”: **fabricação da essência feminina na obra “Observações Médicas Doutriniais de Cem Casos Gravíssimos” de João Curvo Semedo**” analisa o texto *Observações médicas doutriniais de cem casos gravíssimos* (1707), de autoria do médico João Curvo Semedo (1635-1719). A autora mostra como a medicina fortaleceu por séculos o papel da mulher reprodutiva. A autora analisa como os textos médicos podem ser fonte importante para o trabalho do historiador, na medida em que apresentem conjunturas de uma época. Por outro lado, a autora aborda um diálogo pouco trabalhado pela historiografia: a interdisciplinaridade em história e medicina.

Os textos médicos também são objeto de investigação no texto “**Entre imposições e subversões: discursos educativos sobre o Corpo, a Sexualidade e o Desejo Feminino na Revista Paraná Médico (1916-1930)**”, escrito por **Alexandra Padilha Bueno e Silvia de Ross**. As ações educativas voltadas às mulheres foram estudadas a partir da investigação da revista *Paraná Médico* (1916-1930). Questões do corpo, sexo e desejo das mulheres são tratadas com o intuito de entender práticas educativas não formais impostas às mulheres a partir da perspectiva da idealização do que era considerado sua função social no período estudado e identificar possíveis formas de resistência e subversão. O texto aborda questões idealizadoras sobre as mulheres e idealizações formadas sobre elas, desde mães, esposas e donas de casa.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste - 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-51.

FIGUEIREDO, Camilla. ROCHA, Diego Nunes da. SILVA, Vitória Régia da. 20 anos de visibilidade trans no Brasil: avanços e desafios. **Gênero e número**, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/visibilidade-trans-20/>. Acesso em: 07 out. 2024.

FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023.

FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e Política. BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luís Felipe. In: **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 17-29.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. MOTT, Luiz (Orgs.). **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil 2019 – Relatório do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009, p. 118-148.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul. dez, 1995.

NOLASCO, Socrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.